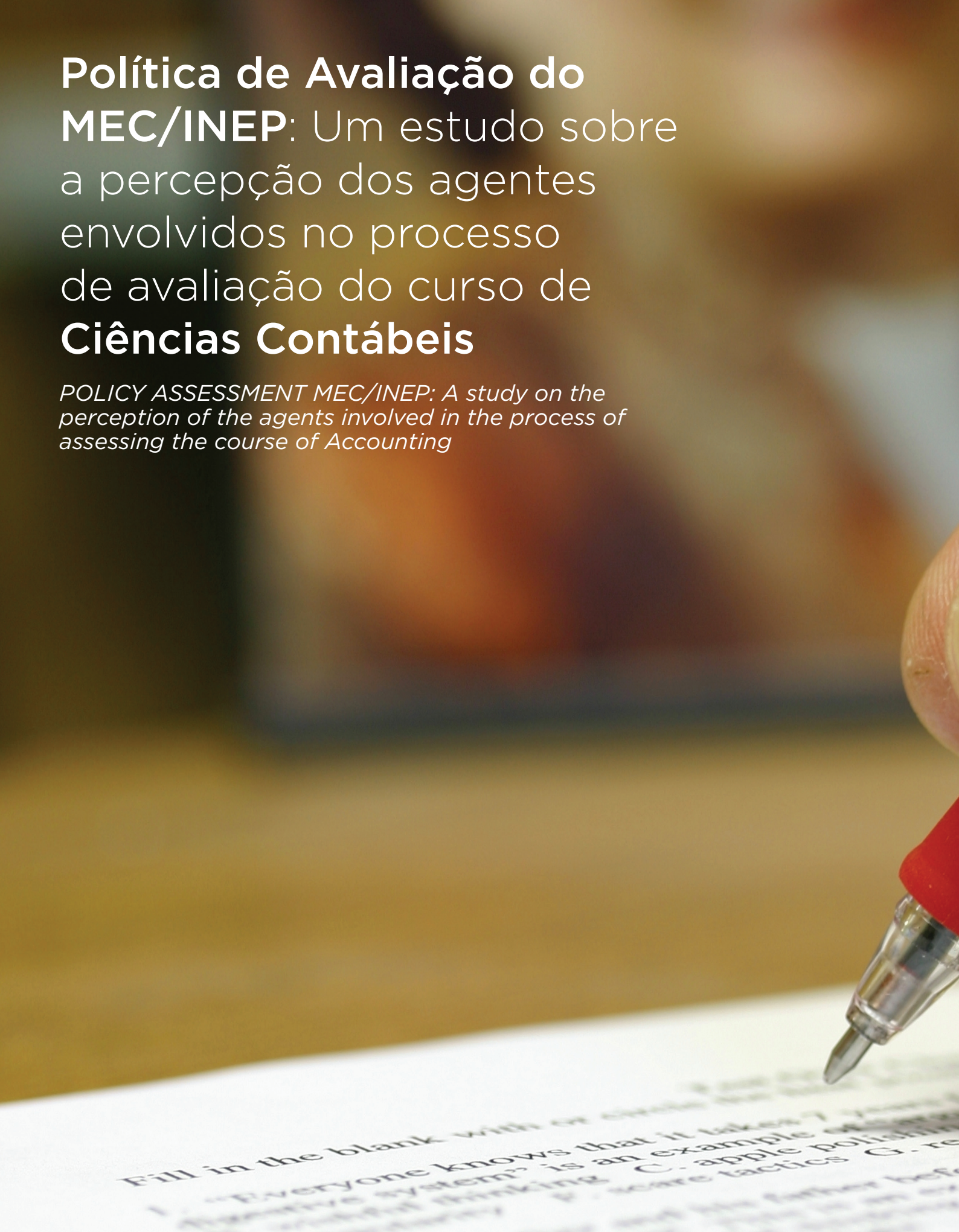


Política de Avaliação do MEC/INEP: Um estudo sobre a percepção dos agentes envolvidos no processo de avaliação do curso de Ciências Contábeis

POLICY ASSESSMENT MEC/INEP: A study on the perception of the agents involved in the process of assessing the course of Accounting



Fill in the blank with or circle the correct answer

“Everyone knows that it takes a long time to write a letter before a letter is sent” is an example of

critical thinking C. apple G. re

C. apple G. re

Celma Duque Ferreira¹
Jorge Expedito de Gusmão Lopes²
Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo³
José Francisco Ribeiro Filho⁴
Marcleide Maria Macêdo Pederneiras⁵

Resumo

Os processos de avaliação dos órgãos regulamentadores da esfera educacional possuem papel social relevante por procurarem diagnosticar possíveis deficiências das instituições e dos atores envolvidos, possibilitando ações que proporcionem melhorias de qualidade em suas condutas. Sob essa perspectiva, este estudo teve como objetivo identificar a percepção dos agentes envolvidos no processo de avaliação e reconhecimento dos cursos de Ciências Contábeis de instituições públicas quanto à política de avaliação do MEC/Inep. Metodologicamente, caracteriza-se como um estudo descritivo, cuja amostra foi composta por duas instituições públicas federais, e uma pública estadual, que possuem o curso de Ciências Contábeis. A coleta de dados se deu a partir da utilização de questionário e entrevista aberta aos envolvidos no processo avaliativo, sendo chefes de departamentos, coordenadores de curso, docentes, discentes e técnico-administrativos. Alguns autores do processo, tais como coordenadores e professores, se negaram a participar da entrevista alegando não ter conhecimento da metodologia referente ao assunto em estudo. O processo de avaliação institucional, especificamente na avaliação do curso de Ciências Contábeis nas IES pesquisadas encontra-se em discordância com algumas normas e diretrizes do MEC/Inep, tais como: infraestrutura e interação, e participação dos alunos em todo o processo de avaliação. Constatou-se que, na prática, os efeitos da avaliação do curso não são percebidos pelos agentes envolvidos no processo.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Educação Superior; ENADE.

Abstract

The assessment procedures of regulatory bodies within the educational sphere have an important social role by seeking to diagnose possible weaknesses of the institutions and actors involved, making actions that provide quality improvements in their behavior. From this perspective, this study is aimed to identify the perception of stakeholders in the evaluation process and recognition of degrees in accounting science of public policy regarding the evaluation of MEC/Inep. Methodologically, it is characterized as a descriptive study, whose sample was composed of two federal public institutions and a state government that have the course in Accounting. Data collection process included the use of questionnaires and interviews open to those involved in the evaluation process of department heads, course coordinators, teachers, students and technical and administrative staff. During the data collection process, some researchers refused to participate in the interview which included engineers and teachers claiming they had no knowledge about the subject under this specific study. The institutional evaluation process specifically assessed the Accounting Science course throughout a number of participating Universities which is in disagreement of rules and guidelines of the MEC / Inep. The rules and guidelines disagreement included the infrastructure and interaction of student participation throughout the evaluation process. In conclusion, the study has determined that, in practice, the assessments of the course evaluation are not perceived by the agents involved.

Keywords: Institutional Assessment. Higher Education. ENADE.

¹ Mestranda em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Substituta do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: celmaduque@face.ufg.gov.

² Pós-Doutorado em Educação e Doutorado em Administração Escolar pela University of Miami de Pernambuco (UFPE). Docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da UFPE. E-mail: jlopes@ufpe.br.

³ Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenadora e docente do Programa de Mestrado em Contabilidade da UFPR. E-mail: marciabortolucci@ufpr.br.

⁴ Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da UFPE. E-mail: francisco.ribeiro@ufpe.br.

⁵ Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: marcleide@gmail.com.

A avaliação institucional tem por objetivo o aperfeiçoamento das atividades acadêmicas, sendo considerada um dos instrumentos para a sustentação da qualidade do sistema de educação superior (MEC/INEP, 2004). O pressuposto subliminar existente é que à medida que os agentes da comunidade acadêmica de educação superior participam do processo avaliativo como sujeitos da avaliação, potencializam o seu grau de comprometimento com as transformações e mudanças no patamar de qualidade (MEC/INEP, 2004).

Com relação à avaliação institucional para o curso receber o conceito, três aspectos principais são considerados, a saber: o resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), o resultado do Indicador de Diferença de Desempenho (IDD), e os Insumos – as informações de infraestrutura, instalações físicas, recursos didático-pedagógicos e corpo docente.

O Enade tem por objetivo mensurar o rendimento dos alunos do curso de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. Tem caráter obrigatório por lei e abrange a amostra de duas categorias de alunos: ingressantes e concluintes. O IDD foi elaborado com a finalidade de possibilitar uma análise do desempenho dos concluintes de cada instituição, levando em consideração o perfil do estudante que ingressa no curso. Os insumos envolvem os equipamentos disponíveis, os planos de ensino, percentual de professores doutores e percentual de professores que cumprem regime de trabalho parcial ou integral.

A avaliação, mesmo quando estabelecida por autoridade devidamente constituída, como é o caso da avaliação instituída pelo MEC nas Instituições de Ensino Superior (IES), não deve ser aceita de modo subserviente, assim como não deve ser simplesmente descartada. (DEMO, 2004). Nesse contexto, Moretto (2002, p. 11) argumenta que “o primeiro passo para a transformação é dar ao processo de avaliação um novo sentido, isto é, transformá-lo em oportunidade [...]”.

O Enade tem por objetivo mensurar o rendimento dos alunos do curso de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

À luz dessas considerações, surge a questão de pesquisa orientativa da presente investigação: **qual a percepção dos agentes envolvidos no processo de reconhecimento do curso de Ciências Contábeis quanto à política de avaliação do MEC/Inep?** Cabe aos agentes envolvidos no processo discutir a avaliação no âmbito individual das IES buscando sugestões e contribuições no processo avaliativo. A percepção dos agentes no processo de reconhecimento do curso quanto à política de avaliação do MEC/Inep pode contribuir com o resultado satisfatório desejado pelas IES.

Diante da busca analítica dos reflexos desse procedimento tendo em vista dirimir possíveis deficiências à procura de uma educação de qualidade, este estudo tem como objetivo geral identificar a percepção dos agentes envolvidos no processo de reconhecimento dos cursos de Ciências Contábeis quanto à política de avaliação do MEC/Inep, investigando IES públicas federais e estaduais. A relevância da discussão do tema dá-se pela existência de políticas públicas, com diretrizes de educação superior e também de gestão das instituições, obrigatórias ao processo de avaliação institucional. Há metas a serem cumpridas, possibilitando a identificação das causas dos problemas e deficiências do ensino dos cursos de graduação, contemplando o caráter formativo e o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo.

O presente artigo está estruturado em cinco seções além desta. Na revisão de literatura, é estabelecido o marco teórico da pesquisa fundamen-

tado nas diretrizes do MEC/Inep para avaliação das IES. Em seguida, estabelece-se a metodologia, com a classificação da pesquisa e os procedimentos para a sua realização. Na análise dos dados, são explicitados os resultados da investigação e, logo após, as considerações finais e as referências que subsidiaram a discussão.

2 A Avaliação Institucional no Brasil

Conforme Dias Sobrinho (2004), a avaliação institucional é muito importante e eficiente, pois modela o sistema e garante determinadas práticas e ideologias necessárias ao aparelhamento institucional e que nenhum Estado moderno deve deixar de praticá-la de modo amplo, consistente e organizado, do ponto de vista político.

No Brasil, a avaliação institucional do Ensino Superior iniciou no final dos anos 1970. Nos anos 1980, coordenado pela Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), houve um grande movimento docente que debateu e discutiu o assunto e a partir dessa discussão surgiu, em 1983, a primeira proposta de avaliação do Ensino Superior no Brasil denominada Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU). Tal plano intencionava discutir, por meio de questionários, temas sobre gestão, produção e disseminação de conhecimentos.

Pouco depois, no ano de 1986, houve a criação do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES) e da Proposta de Avaliação do Ensino Superior, um projeto instituído pela Universidade de Brasília (UNB), que criou estratégias colaborativas, como o processo de avaliação institucional.

Com a ideia de que a universidade brasileira precisava rever seu papel e refletir sobre o seu fazer acadêmico, no ano de 1993, surge o processo de avaliação institucional com a concepção do Programa de Avaliação Institucional das Univer-

sidades Brasileiras (PAIUB), criado pela Secretaria do Ensino Superior (Sesu) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC). A avaliação institucional constava dos seguintes objetivos: (a) impulsionar um processo criativo de autocrítica da instituição; (b) conhecer como se realizam e se inter-relacionam as tarefas acadêmicas nas suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração; (c) reestabelecer compromissos com a sociedade; (d) repensar objetivos, modos de atuação e resultados; e (e) estudar e propor mudanças contribuindo para a formulação de projetos pedagógicos socialmente legitimados e relevantes.

Dois anos mais tarde, em 1995, foi instituído o Exame Nacional de Cursos (ENC), com o objetivo de avaliar o curso pela medição da aprendizagem dos graduandos do último ano. Em 14 de abril de 2004, a Lei nº 10.861 constituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), fundamentado na necessidade de promover a melhoria da qualidade da Educação Superior juntamente com sua expansão de oferta, aumento de sua eficácia institucional, sua efetividade acadêmica e, principalmente, em seu aprofundamento de compromissos e responsabilidades sociais.

Conforme o Inep (2004), esse sistema de avaliação tem por núcleo a formulação de estratégias e instrumentos para a melhoria da qualidade do ensino, tornando-se um dos instrumentos de sustentação da qualidade do sistema de Educação Superior, ou seja, o Sinaes é um elemento fundamental da proposta de mudanças que se impõem às instituições de Educação Superior contemporâneas.

Esse processo de avaliação integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos:

- a) Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies), que se desenvolve em duas etapas: autoavaliação e avaliação externa.
- b) Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), que avalia por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas.

A finalidade da avaliação, segundo o Inep (2004), é construtiva e formativa, devendo ser permanente e envolver toda a comunidade, que passa a se tornar comprometida com as transformações e mudanças no patamar de qualidade.

- c) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Enade), que se aplica aos estudantes em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

Essas estratégias de avaliação se mantêm, até então, fornecendo subsídios necessários à avaliação da instituição, do curso e do desempenho dos alunos. Cada sistema de avaliação aborda dimensões e indicadores específicos com o objetivo de identificar as potencialidades e insuficiências dos cursos e instituições. A finalidade da avaliação, segundo o Inep (2004), é construtiva e formativa, devendo ser permanente e envolver toda a comunidade, que passa a se tornar comprometida com as transformações e mudanças no patamar de qualidade.

2.1 Avaliação de Cursos

O resultado da avaliação de cursos é parte do processo da avaliação institucional que qualifica os cursos de graduação. Seu objetivo é identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial, as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização

didático-pedagógica. Para obter o resultado do curso, é realizada uma combinação entre o Enade, o resultado do IDD e a avaliação geral sobre infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e titulação do corpo docente.

Dias Sobrinho (2004) defende que a avaliação dos cursos serve para oferecer parâmetros para a abertura de novos cursos e o fechamento de outros que não se enquadrem aos padrões mínimos exigidos, além de organizar a imagem social dos cursos e incentivar a contratação de professores mais qualificados. Essas medidas refletem na preparação do profissional contábil enquanto aluno e futuro profissional do mercado de trabalho.

A Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sinaes, em seu artigo 3º, estabelece as dimensões que devem ser o foco da avaliação institucional que garante, simultaneamente, a unidade do processo avaliativo em âmbito nacional e a especificidade de cada instituição, a saber:

- 1) A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que identifica a finalidade, compromissos, vocação e inserção regional/nacional.
- 2) A política para o ensino, a pesquisa, pós-graduação, a extensão, procedimentos para estímulo ao desenvolvimento do ensino e a produção científica.

A avaliação dos cursos serve para oferecer parâmetros para a abertura de novos cursos e o fechamento de outros que não se enquadrem aos padrões mínimos exigidos.

- 3) Responsabilidade social da IES quanto à contribuição em relação à inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, memória cultural, produção artística e do patrimônio cultural.
- 4) Comunicação com a sociedade.
- 5) Políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
- 6) Organização e gestão da instituição, representatividade do colegiado, independência e autonomia na relação com a mantenedora, a qual avalia os meios da gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais.
- 7) Infraestrutura física, biblioteca, recursos de informação e comunicação, relacionando-a com as atividades acadêmicas de formação, produção e disseminação de conhecimento com as finalidades próprias da IES.
- 8) Planejamento e avaliação refletidos nos resultados e eficácia da autoavaliação institucional.
- 9) Políticas de atendimento aos estudantes refletidos na forma como são integrados à vida acadêmica e os programas que atendem à qualidade de vida estudantil.
- 10) Sustentabilidade financeira que avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica.
- 11) Outras dimensões que incluem itens considerados relevantes para a IES sob a compreensão da sua identidade institucional, como hospitais, teatros, rádios, ente outros.

Na concepção do Sinaes, cada instituição deve gerar um modelo institucional nos termos de sua missão, e a partir desse modelo deve ser avaliada a instituição real. Na composição da avaliação do curso, o Enade tem papel decisivo no resultado final, pois abrange também o resultado do IDD, o qual responde por 30% da nota do curso, sendo que 40% da nota são relacionados diretamente ao Enade, e os outros 30%, à avaliação do corpo docente e infraestrutura da instituição.

2.1.1 ENADE

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente, e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento. O Enade é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes.

O Enade é de caráter obrigatório, ou seja, por lei, o aluno irregular em relação ao Enade não pode realizar sua colação de grau. O exame é realizado por amostras de duas categorias: os alunos ingressantes e os concluintes. E é composto por três instrumentos: Componente Geral, Conhecimento Específico e o cálculo do IDD.

Conforme Portaria nº 125/2009, do Inep, o Enade é um instrumento de avaliação realizada por uma prova composta de 40 questões, no total, podendo ser respondida em até 4 (quatro) horas, contemplando a avaliação do componente de formação geral comum aos cursos de todas as áreas e um componente específico da área de Ciências Contábeis.

O componente de Formação Geral tem 10 (dez) questões, sendo 2 (duas) discursivas e 8 (oito) de múltipla escolha, que abordarão situações-problema. Sendo assim, os estudantes deverão mostrar competência para: propor ações de intervenção; propor soluções para situações-problema; elaborar perspectivas integradoras; elaborar sínteses; administrar conflitos. O componente específico da área de Ciências Contábeis contém 30 (trinta) questões, sendo 3 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

A prova tem por objetivos aferir o nível de compreensão em relação às questões sociais, econômicas e financeiras, e o grau de domínio de elaboração das demonstrações contábeis, de relatórios gerenciais e de análise e interpretação das suas informações. Adicionalmente, visa explicitar a capacidade de identificar e gerar informações para o processo decisório e a capacidade de identificar a necessidade de informação para subsidiar o desenvolvimento e monitoramento do uso da tecnologia da informação, visando à satisfação do usuário, entre outros aspectos.

A pretensão da aplicação de tal avaliação é verificar se o aluno possui perfil profissional condizente com o parâmetro de referência preestabelecido, o qual abrange domínio da Ciência Contábil, raciocínio lógico, capacidade de análise crítica, visão sistêmica e holística, entre outros. Intenciona avaliar se o estudante desenvolveu, durante o seu processo de formação, habilidades e competências, tais como: utilização adequada da terminologia e da linguagem da Ciência Contábil, exercício de suas responsabilidades com domínio das funções contábeis, visão sistêmica e interdisciplinar, elaboração de relatórios e pareceres que contribuam para o desempenho eficaz de seus usuários e aplicação adequada da normatização contábil.

Quanto ao conteúdo específico, o Exame tem como referencial os conteúdos contemplados na formação do curso de graduação, tais como: teoria contábil; ética geral e profissional; escrituração contábil e elaboração de demonstrações contábeis; contabilidade societária; análise e inter-

pretação de demonstrações contábeis; contabilidade e análise de custos; contabilidade gerencial; controladoria; orçamento e administração financeira; contabilidade e orçamento governamental; auditoria externa e interna; perícia; legislação societária, comercial, trabalhista e tributária; estatística descritiva e inferência; sistemas e tecnologias de informações.

Participam do Enade os estudantes que estão concluindo o primeiro ano (ingressantes) e o último ano (concluintes) das áreas a serem avaliadas. São considerados estudantes ingressantes (primeiro ano do curso) aqueles que, na época da seleção para a amostra, tiverem concluído entre 7% e 22% (inclusive) da carga horária mínima do currículo do curso da IES. São considerados estudantes concluintes (último ano do curso) aqueles que, até a época da seleção da amostra, tiverem concluído, pelo menos, 80% da carga horária mínima do currículo do curso da IES, ou todo aquele estudante que se encontre na condição de possível concluinte no ano letivo.

O Enade é complementado por um questionário socioeconômico, com 114 questões, enviado com antecedência ao estudante e que deve ser entregue, respondido anteriormente, no local do exame. A seguir, é exposto o IDD, que faz parte do instrumento de avaliação do Ensino Superior no Brasil.

2.1.2 Indicador de Diferença de Desempenho - IDD

O IDD, visto como o desempenho médio dos ingressantes e dos concluintes de cada curso, pode ser observado diretamente dos resultados das provas do Enade. Porém, seu resultado provém de uma combinação de variáveis e não pode ser visto de forma isolada. Segundo o Inep (2004), o IDD tem o propósito de trazer às instituições informações comparativas dos desempenhos de seus estudantes concluintes em relação aos resultados obtidos pelas demais instituições, cujos perfis de seus estudantes ingressantes

são semelhantes. Trata-se da diferença entre o desempenho médio do concluinte de um curso e o estimado para os concluintes desse mesmo curso, representando, portanto, o quanto cada curso se destaca da média, podendo ficar acima ou abaixo do que o esperado para ele, baseando-se no perfil de seus estudantes.

A nota atribuída ao curso tem como base um conceito estabelecido da estatística chamado afastamento padronizado, sendo a nota final dependente de três variáveis:

- Desempenho dos alunos concluintes nas questões específicas do curso (peso de 60% na Nota Final);
- Desempenho dos alunos ingressantes nas questões específicas do curso (peso de 15% na Nota Final);
- Desempenho dos alunos (concluintes e ingressantes) nas questões de formação geral (peso de 25% na Nota Final).

Freitas, Cruz e Sharland (2008), em seu artigo, relatam que falta divulgação, por parte do MEC, de informações sistematizadas sobre o índice não somente à comunidade acadêmica, mas à sociedade de uma forma geral. Faz referência ao fato de muitos coordenadores ainda não entenderem a metodologia de cálculo do índice e, com isso, não usar os resultados obtidos no Enade na busca de melhorias para o curso e para os alunos.

2.1.3 Autoavaliação

A avaliação da instituição, de acordo com o Inep, ocorre por meio da autoavaliação, que é conduzida pelas Comissões Próprias de Avaliação, e pela avaliação externa, que é realizada por comissões externas designadas pelo Inep. O Inep (2004) define autoavaliação como um processo por meio do qual um curso ou instituição analisa internamente o que é e o que deseja ser, o que, de fato, realiza, como se organiza, administra e age. Busca-se sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las, com intuito de obter êxito

nas práticas, bem como perceber as omissões e equívocos com o objetivo de evitá-los no futuro.

Os requisitos da avaliação interna quanto à autoavaliação incluem as etapas de preparação na elaboração da proposta e planejamento, desenvolvimento na coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, consolidação composta por relatórios da análise dos dados e interpretação das informações, divulgação a partir da publicação dos resultados. Adicionalmente, abrange um balanço crítico com análise das estratégias utilizadas e as dificuldades e os avanços que se apresentam durante o processo para planejar ações futuras.

Na autoavaliação também constam informações sobre infraestrutura, instalações físicas, recursos didático-pedagógicos e corpo docente, o que, em algumas instituições públicas, apresenta restrições devido à escassez de recursos. Quanto ao corpo docente, alguns requisitos que constam da avaliação referem-se ao número de docentes em tempo integral, titulação de docentes, experiência profissional dentro e fora do magistério, número de publicações por docente, políticas de capacitação e de avaliação de desempenho.

A infraestrutura física, que envolve o ambiente de ensino e a pesquisa, biblioteca e recursos de informação e comunicação, deve ter adequação em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão, tais como: salas de aula, biblioteca, laboratórios, equipamentos de informática, área de lazer.

Observa-se a existência de laboratórios adequados às necessidades dos estudantes para desempenharem as atividades programadas, ou seja, com bom estado de conservação e equipamentos adequados. Além disso, verifica-se se a biblioteca possui bibliografia obrigatória ou recomendada à disposição da demanda e que satisfaça as necessidades dos usuários, bem como instalações adequadas aos estudantes com necessidades especiais.

O instrumento de avaliação deve contemplar também políticas de atendimento aos estudantes com acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência. Participação

dos estudantes em atividades de ensino, como iniciação científica, extensão, avaliação institucional e atividades de intercâmbio estudantil, entre outros, também são salutares. Trabalhar o equilíbrio desses aspectos levados em consideração na avaliação torna-se um desafio às instituições de Ensino Superior.

Diante dos aspectos considerados positivos abordados pelo Inep e pelos contrários à avaliação institucional, a seguir, são explicitadas a análise e interpretação dos dados coletados em instituições públicas federais e estaduais.

3 Metodologia

Considerando que o objetivo deste estudo é o de identificar a percepção dos agentes envolvidos no processo de reconhecimento dos cursos de Ciências Contábeis no que diz respeito à política de avaliação institucional do MEC/Inep, foi necessário proceder a verificações empíricas, no que tange a essas percepções dos atores do processo, a fim de conseguir elementos da realidade que pudessem compor a descrição e compreensão do fenômeno sob investigação.

A população do estudo é formada pelas IES públicas federais e estaduais do Brasil, da região Nordeste, compreendendo os estados de Pernambuco e Paraíba. Foi selecionada uma amostra devido ao critério de acessibilidade composta pelas instituições públicas federais e uma pública estadual que possuem o curso de Ciências Contábeis, situadas nesses dois estados. Sendo assim, a presente investigação trata-se de um estudo descritivo e qualitativo, estudando três casos distintos.

Para a coleta de dados, utilizou-se questionário e entrevista aberta aos envolvidos no processo avaliativo, tais como: chefes de departamentos, coordenadores de curso, docentes, discentes e técnico-administrativos. A composição da amostra compreende, em cada instituição, um chefe de departamento, um coordenador, um técnico-administrativo, três professores efetivos e 30

alunos habilitados a realizar a prova do Enade, totalizando 108 envolvidos no estudo.

Para a realização do presente estudo, foram desenvolvidas pesquisas documentais e de campo. A pesquisa documental teve por objetivo o levantamento de dados acerca do procedimento determinado pelo MEC/Inep na avaliação, o que serviu de base para a formulação das questões aplicadas no questionário e entrevista. Durante o processo de coleta dos dados, alguns autores do processo se negaram a participar da entrevista, tais como: coordenadores e professores, alegando não terem conhecimento acerca do assunto em estudo.

Na pesquisa de campo, o procedimento de estratégia utilizada foi o levantamento realizado por meio da aplicação de entrevista baseada em questionário estruturado com base nas diretrizes de avaliação do MEC/Inep que abordou as fases da avaliação envolvendo o Enade, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e o corpo docente.

A entrevista realizada com coordenadores, chefes de departamento, docentes e técnicos administrativos visou à percepção crítica dos envolvidos quanto às limitações do processo, seus pontos fracos e sugestões de melhoria. O questionário com os discentes visou ao conhecimento e ao envolvimento sobre o processo de avaliação institucional, mais especificamente relacionado ao Enade. Por meio da percepção dos sujeitos em investigação, reúnem-se subsídios que demonstram a relevância que a avaliação tem para as IES e seu tratamento junto aos envolvidos.

4 Descrição e análise dos resultados

No intuito de identificar a percepção dos agentes envolvidos no processo de avaliação e reconhecimento dos cursos de Ciências Contábeis quanto à política de avaliação do MEC/Inep, buscaram-se informações dos coordenadores de curso, chefes de departamento, técnico-administrativos e estudantes de diversos períodos de três instituições públicas da região Nordeste que possuem esse curso.

Na entrevista e questionário foram abordados assuntos como finalidade da avaliação, informações divulgadas pela IES aos alunos sobre a avaliação, seu envolvimento no processo avaliativo, a responsabilidade quanto ao resultado do Enade, as limitações de infraestrutura, restrições quanto ao corpo docente, dificuldades no processo de avaliação e sugestões. Tais informações foram resumidas no Quadro 1.

As instituições pesquisadas apresentaram unanimidade com relação à sua percepção sobre a finalidade da avaliação institucional em sustentar a qualidade do Ensino Superior, sendo que apenas uma também considera a importância em prestar contas à sociedade e averiguar o desempenho dos alunos. Essas respostas da visão das IES quanto à função da avaliação estão em concordância com a literatura e a legislação pertinente.

Perguntadas sobre a divulgação de informações sobre o Enade, de forma geral, as IES relatam a importância do Exame no processo de avaliação do curso. Há também casos isolados em que respondentes das IES afirmam que a instituição não faz nenhuma divulgação sobre o processo em si ou apenas informa os alunos selecionados para o Exame. Essa postura das IES está em desacordo com a literatura que expressa a participação da comunidade na formação do processo avaliativo como uma necessidade. O envolvimento é relevante para que o processo avaliativo cumpra o seu propósito.

O envolvimento dos alunos, enquanto agentes do processo, ocorre de forma parcial. Essa participação era efetivada quando da realização do Enade, contrariando as premissas do MEC quanto à inclusão de toda comunidade acadêmica, principalmente quando é reconhecido por unanimidade que o resultado do Enade é de responsabilidade de todos os envolvidos e não apenas dos alunos que realizam a prova.

Os docentes e o corpo administrativo das IES apresentaram algumas dificuldades encontradas durante o processo de avaliação do Enade, tais como: dificuldade na comunicação direta com

As maiores dificuldades para atingir os objetivos do procedimento avaliativo encontram-se nos itens que dependem de recursos financeiros e do comprometimento dos alunos em realizar a prova.

a comissão elaboradora do Exame e na capacitação do sistema, desinteresse por parte dos alunos, problemas na apresentação de forma coerente e conscientização dos alunos sobre a importância do Exame e seu reflexo no resultado da avaliação institucional, conforme quadro 1.

No aspecto referente à infraestrutura, houve concordância em que há limitações nas bibliotecas, laboratórios e salas de aula com boas condições aos alunos, fator limitado devido ao fato de ser uma instituição pública, local onde os recursos dependem de previsão em orçamento. Das três instituições em estudo, apenas uma afirma não ter limitações ou restrições quanto ao corpo docente; outras duas relatam a não conscientização da importância da produção científica e a falta de política de capacitação.

As maiores dificuldades para atingir os objetivos do procedimento avaliativo encontram-se nos itens que dependem de recursos financeiros e do comprometimento dos alunos em realizar a prova. De acordo com a realidade de cada IES, alguns participantes sugerem, para a melhoria do processo de avaliação, um curso rápido para o corpo docente para que possam entender melhor como funciona todo o processo avaliativo e, em seguida, repassar aos alunos, mantendo a interação entre as partes e a conscientização do processo.

QUADRO 1: Síntese das Entrevistas com Professores, Chefes de Departamento e Coordenadores

ASSUNTO	IES A	IES B	IES C
Principal finalidade da avaliação na instituição	Sustentar a qualidade do sistema de Educação Superior	Sustentar a qualidade do sistema de educação	Medir o desempenho dos alunos, sustentar a qualidade da educação e prestar contas à sociedade
Informações que a IES divulga sobre o Enade	Importância do Enade no processo de avaliação do curso e desempenho desejado pela IES	Parte revela que não divulga. Quando divulga, apenas o faz com relação à importância no processo	Importância da avaliação para o curso e sua obrigatoriedade para o aluno
Envolvimento dos alunos no processo de avaliação	Parcial em algumas fases do processo	Participam apenas do Enade	Participam apenas do Enade
Responsabilidade do resultado do Enade	Instituição, professores e alunos	Instituição, professores e alunos	Instituição, professores e alunos
Dificuldades encontradas durante processo de avaliação quanto ao Enade	Desinteresse dos alunos e dificuldade em comunicação direta com a comissão elaboradora	Apresentação coerente aos alunos da importância do Enade	Capacitação no sistema, preparação e conscientização dos alunos
Limitações da IES quanto à infraestrutura	Biblioteca atualizada e equipamentos	Biblioteca, laboratório e boas salas de aula	Biblioteca atualizada e equipamentos e recursos didáticos
Restrições encontradas na avaliação quanto ao corpo docente	Não houve consenso; parte diz não ter restrições e parte a reciclagem ou educação continuada	Ainda não se engajou na efetiva necessidade da produção acadêmica	Não possui
Procedimento da avaliação que a IES encontra maior dificuldade em atingir os objetivos	Faltas constantes dos alunos	Os itens que dependem de recursos financeiros e a socialização das informações sobre o processo de avaliação	Comprometimento dos alunos e assegurar que eles façam as provas
Sugestões de melhoria do processo de avaliação	Curso rápido para o corpo docente e maior contato do curso com os alunos	Considerar as particularidades regionais	Que o processo de avaliação fosse de conscientização
Sugestões para otimizar a avaliação quanto à infraestrutura	Investir em biblioteca e incentivos do governo	Utilização do relatório da avaliação pelo Ministério da Educação e da reitoria da IES para conduzir os recursos para o período subsequente	Melhoria dos equipamentos de informática que servem de apoio pedagógico
Procedimento em que há maior inconsistência entre o desejado pelos critérios de avaliação e a realidade da instituição	Mesmo o aluno não estando preparado a IES qualifica-o para o mercado	-	-

FONTE: Os autores

Os participantes da pesquisa também sugerem um maior investimento nas bibliotecas com atualização dos livros, e que os equipamentos que servem de apoio pedagógico sejam melhorados. Além disso, comentam da necessidade de que, ao final do processo, o relatório com o resultado da avaliação seja utilizado pelo MEC e pelas reitorias, a fim de verificar os pontos frágeis, e que os recursos sejam conduzidos com intuito de eliminar as fragilidades para períodos subsequentes.

O fato de o aluno, mesmo não estando preparado conforme as diretrizes da educação, ter a qualificação para atuar no mercado de trabalho é considerado um procedimento em que há inconsistência entre o desejado pelos critérios de avaliação e a realidade da instituição. Outra crítica que surgiu diz a respeito da

efetiva qualificação dos alunos e da responsabilidade social das instituições, que é escassa. Esses foram, na visão dos entrevistados, os pontos que necessitam de maior atenção dado suas carências e limitações.

Após entrevista com professores, coordenadores, chefes de departamento e técnicos-administrativos, foram coletadas informações de vários estudantes, escolhidos aleatoriamente entre todos os períodos do curso. Buscou-se a percepção dos alunos sobre a finalidade da avaliação, contribuição ao curso e informações a respeito do processo avaliativo. No Quadro 2, seguem as informações sintéticas.

Medir o desempenho dos alunos foi considerado como a maior finalidade da avaliação institucional. Porém, mais de 60% dos alunos informaram não ter conhecimento sobre o processo da avaliação e sua função na instituição. Essa percepção dos alunos contrasta com a percepção

dos docentes e do corpo administrativo, que afirmaram ser a função principal sustentar a qualidade do ensino. Há discordância entre os conceitos e percepções.

Quanto ao fato da contribuição da avaliação à melhoria e à qualidade de ensino do curso, a maior parte dos alunos acredita não contribuir, e outra parte revela não ter conhecimento da avaliação para expressar sua opinião. Entre os alunos, quando se fala em avaliação institucional, os que têm informação logo referenciam o Enade como sendo a parte do processo de maior conhecimento.

As IES, quando divulgam o Exame, fazem-no apenas com relação à obrigatoriedade e sua correlação à colação de grau. Das três instituições, em apenas uma, os alunos declararam que a instituição não divulga nenhuma informação sobre como ocorre o Enade, conforme síntese no quadro 2, o que contraria as diretrizes do Inep quanto à política de avaliação e o envolvimento de todos os atores do processo.

QUADRO 2: Síntese do questionário aos alunos

ASSUNTO	IES A	IES B	IES C
Principal finalidade da avaliação institucional em sua instituição	A maioria acredita ser para medir o desempenho dos alunos; outra parte diz não ter informações para opinar	Medir o desempenho dos alunos e sustentar a qualidade do sistema	Os que têm informação afirmam ser para medir o desempenho dos alunos
A avaliação contribui para a melhoria da qualidade do ensino do seu curso	Não contribui	Há contradição entre as opiniões: metade acredita contribuir e outra parte não tem conhecimento a respeito	Metade acredita contribuir e outra parte desconhece a contribuição
Processo de avaliação de maior conhecimento na instituição	Os que conhecem se referem ao Enade	Metades dos alunos não conhecem o processo de avaliação, os que conhecem mencionam o Enade	ENADE
Informações divulgadas pela instituição quanto ao Enade	A obrigatoriedade do exame estando este vinculado à colação de grau	Quase a totalidade dos alunos relata que a IES não divulga informações	A instituição não divulga informações
Medida que a IES deve adotar quanto à divulgação e incentivo à realização do Enade	Promover encontros e debates, informar e conscientizar os alunos sobre os reflexos do resultado	Informar e conscientizar e informar através de encontros e debates	Conscientizar os alunos e prepará-los para o exame
Responsabilidade do resultado do Enade	Instituição, professores e alunos	De todos, instituição, professores e alunos	Instituição, professores e alunos
Crítica ou sugestão	Não há informações suficientes sobre o exame, deveria ter cursos para preparação.	Deveria ter mais envolvimento dos alunos, pois eles desconhecem o que ocorre sobre a avaliação	A instituição deve divulgar informações sobre a avaliação para obter melhores resultados

FONTE: Os autores

Os alunos sugeriram que as IES podem adotar algumas medidas quanto à divulgação e incentivo à realização do Exame, como promover encontros e debates no intuito de conscientizá-los sobre sua importância e seus reflexos no resultado da avaliação do curso, assim como realizar cursos preparatórios para a prova aos que se interessarem.

Houve concordância entre os professores e o corpo administrativo, quanto à responsabilidade do resultado do Enade, em que todos devem estar envolvidos e a responsabilidade é compartilhada. Foi reafirmado o desconhecimento do processo de avaliação do curso inclusive quanto ao Enade, e permaneceu uma crítica por parte dos alunos aos responsáveis das instituições de que haja maior comprometimento e interação.

Considerando que a prova do Enade serve para medir o desempenho dos alunos, e, conforme resultados obtidos, as instituições de Ensino Superior não estão levando em consideração as diretrizes do MEC quanto à realização do Enade, pois os alunos não identificam a contribuição efetivada da prova para a instituição, o conhecimento das etapas da prova e seu reflexo na educação do Ensino Superior e o papel do estudante junto ao processo é subestimado. É necessário que haja integração entre corpo administrativo, corpo docente e corpo discente, pois, até então, o processo é realizado apenas como cumprimento formal para atender os requisitos do MEC.

pois os entrevistados afirmam não divulgar informações sobre a avaliação institucional, desconsiderando a relevância da interação entre a comunidade e a participação dos agentes no processo.

Diante das informações coletadas, o processo de avaliação institucional, especificamente na avaliação do curso de Ciências Contábeis nas IES pesquisadas, encontra-se em discordância com algumas normas e diretrizes do MEC/Inep, tais como, infraestrutura, interação e participação dos alunos em todo o processo de avaliação. Na prática, os efeitos da avaliação do curso não são percebidos pelos agentes envolvidos no processo.

Apesar de não haver indícios de boicote por parte dos alunos ao Enade, há a preocupação por parte das instituições no comprometimento deles com a prova e, conseqüentemente, com seu resultado final que impacta na avaliação do curso. Os alunos, por sua vez, sentem a responsabilidade de parte do resultado do Enade, e demonstraram anseio por medidas que elucidam as causas e conseqüências desse exame, para que haja maior interação e melhores resultados para a instituição de forma geral. Portanto, conclui-se que o processo necessita de envolvimento e comprometimento entre os agentes envolvidos para que a sociedade possa perceber efetivamente o desempenho dos estudantes.

5 Conclusão

O propósito deste estudo foi o de identificar a percepção dos agentes envolvidos no processo de reconhecimento dos cursos de Ciências Contábeis quanto à política de avaliação do MEC/Inep, e sua participação no processo da avaliação institucional com o intuito de reunir subsídios que demonstram a relevância que essa avaliação tem para as IES e seu tratamento junto aos envolvidos. A postura das IES quanto à divulgação está em discordância com as premissas desejadas do Inep,

- Recebido em: 26/04/2010
- Aprovado em: 20/06/2011

Referências

- ANDIFES. **Uma proposta de avaliação das instituições de ensino superior**. Florianópolis, 1993.
- BELLONI, José Angelo. **Uma metodologia de avaliação da eficiência produtiva de universidades federais brasileiras**. 2000, 245 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Florianópolis, 2000.
- BELLONI, José Angelo; BORGES, M. M.; SOBRAL, D.T. Avaliação institucional da Universidade de Brasília. In: BALZAN, N.C.; DIAS SOBRINHO, J. (Org.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. São Paulo, Cortez, 1995.
- BESE, Regina Macedo Boa Ventura. Um breve histórico da avaliação institucional no Brasil. **Gestão Universitária**, n. 100, p.138-496, 2007.
- BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 dez. 1996.
- _____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 14 abr.2004.
- _____. Portaria INEP nº 125 de 24 de junho de 2009. Dispõe sobre os componentes de formação geral e os critérios de avaliação para a área de Ciências Contábeis. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 jun. 2009. Seção 1, p. 20.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Avaliação Institucional. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades**. Brasília, 2004.
- CARON, Sheila Cristina. **Políticas de planejamento e avaliação institucional como subsídios para ação docente**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.
- COOPER, P.; SCHINDLER, D. **Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- DEMO, Pedro. **Universidade, aprendizagem e avaliação: horizontes reconstrutivos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação Social**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, Especial out. 2004.
- ENADE 2007: UNE defende boicote à prova do exame. Disponível em: <http://www.une.org.br/home3/movimento_estudantil/movimento_estudantil_2007/m_11471.html>. Acesso em: 27 maio 2009.
- FRAUCHES, Celso da Costa. ENADE: Brincadeira que o MEC Leva a Sério. Instituto Latino-Americano de Planejamento Educacional. Disponível em: <<http://www.ilape.com.br/Artigos>>. Acesso em: 28mar. 2010.
- FREITAS, A.; CRUZ, B.P.A.; SHARLAND, E.M.R. reflexões sobre o indicador de diferença entre os desempenhos observado e esperado na compaixão da nota do ENADE: um olhar a partir do campo do ensino de administração. **Revista ANGRAD**, Rio de Janeiro, v. 9, n.3 , p. 378-404, jul./set. 2008.
- INEP. **Diretrizes para avaliação das instituições de educação superior**. Brasília, 2004.
- _____. **Roteiro de autoavaliação institucional: orientações gerais para o roteiro das instituições auto-avaliação**. Brasília, 2004.
- MARCHELLI, Paulo Sérgio. O sistema de avaliação externa dos padrões de qualidade da educação Superior no Brasil: considerações sobre os indicadores. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v.18, n.37, p. 1-27, maio/ago.2007.
- MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- NOSSA, Valcemiro. Avaliação dos Cursos de Ciências Contábeis pelo ENADE 2009. In: ENCONTRO NACIONAL DOS COORDENADORES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 4., 2009, Fortaleza, CE. **VI Encontro Nacional de Coordenadores de Curso de Ciências Contábeis**. Fortaleza, 2009.
- PAUL, J.J.; RIBEIRO, Z.; PILATTI, O. As iniciativas e as experiências de avaliação do ensino superior: balanço crítico. In: DURHAM, E.R.; SCHWARTZMAN, S. **Avaliação do ensino superior**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O SINAES como sistema. **Revista Brasileira de Pós Graduação**, Brasília, v.3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006.